



SESSÃO DE BREVES COMUNICADOS (VIRTUAL) DE 25/06/2020

LUIZIANNE LINS (PT - CE) - Necessidade de liberação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do pagamento do auxílio pecuniário emergencial concedido aos trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Agravamento da crise socioeconômica brasileira. Insistência da oradora na sanção presidencial do Projeto de Lei nº 1.075, de 2020, acerca das ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020 (a chamada Lei Aldir Blanc). Pedido de apreciação dos vetos presidenciais apostos ao Projeto de Lei nº 873, de 2020, a respeito da alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista à mudança das regras do auxílio emergencial; e da vedação da suspensão de benefícios previdenciários e assistenciais para idosos, pessoas com deficiência ou com enfermidade grave, durante a pandemia da Covid-19. Protesto contra a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, relativo à atualização do marco legal do saneamento básico.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Importância da aprovação dos Projetos de Lei de nºs 3.199, de 2020, sobre a inserção do art. 19-A na Lei nº 13.756, de 2018, com vista à destinação ao Fundo Nacional de Saúde, até o final de 2021, da renda líquida de loteria a cada quinze extrações; e 2.945, de 2020, relativo à instituição da política nacional um computador por aluno.

ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Avanço da Covid-19 no País, especialmente no Estado de São Paulo. Retenção, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de recursos emergenciais destinados ao enfrentamento da pandemia de coronavírus.

GENERAL GIRÃO (PSL - RN) - Contrariedade à atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro, pela Oposição, da responsabilidade por óbitos ocorridos no País em decorrência da Covid-19. Repúdio ao discurso de politização da pandemia de coronavírus. Inconformismo com a apresentação, por Subprocurador-Geral da República, de denúncia contra o orador e outros Parlamentares por suposta



participação em organização criminosa. Exigência de adoção, pela Câmara dos Deputados, das providências cabíveis a respeito do caso.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante da grave crise sanitária reinante no País. Descaso do Governo Federal com a concessão de auxílio pecuniário emergencial às camadas de baixa renda, para enfrentamento da pandemia de coronavírus. Contrariedade à privatização do setor de saneamento básico. Inexistência, no âmbito do Governo Jair Bolsonaro, de planos para enfrentamento das crises sanitária e econômica.

JOÃO DANIEL (PT - SE) - Solidariedade ao povo brasileiro, em especial aos familiares das vítimas da Covid-19. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro no tocante ao combate à doença. Importância da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 735, de 2020, sobre a concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares em situação de isolamento social ou quarentena diante da pandemia da Covid-19, consoante à Lei 13.979, de 2020.

ZECA DIRCEU (PT - PR) - Apelo à Presidência e aos Líderes partidários de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, a respeito da transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Protesto contra a votação e aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico. Irresponsabilidade e incompetência do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia de coronavírus.

REGINALDO LOPES (PT - MG) - Apelo aos Parlamentares de votação da proposta concessiva de renda mínima aos agricultores familiares. Prioridade da Casa na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, a respeito da transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Contrariedade à



pretendida redução, para 300 reais, do auxílio emergencial concedido às camadas de baixa renda para enfrentamento da crise provocada pelo novo coronavírus. Apelo ao Relator Zé Vitor de supressão do dispositivo pertinente ao percentual de risco para o sistema financeiro, preconizado no texto da Medida Provisória nº 944, de 2020, relativa à instituição do Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

MÁRCIO JERRY (PCDOB - MA) - Inércia do Governo Jair Bolsonaro no tocante às ações de enfrentamento da Covid-19. Incapacidade do Presidente da República para comando do País, especialmente em meio à pandemia de coronavírus.

JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - Natureza criminosa da aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Razão do ajuizamento de processo contra o orador pelos compositores Chico Buarque e Caetano Veloso. Contrariedade à concessão de patrocínio a artistas consagrados.

CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Inércia do Governo Jair Bolsonaro diante da tragédia causada pela Covid-19 no País. Elevação do número de óbitos por coronavírus, em face da suspensão da quarentena por Governadores e Prefeitos Municipais. Paralisação do Ministério da Saúde. Necessidade de criação, no âmbito do Congresso Nacional, de novo comitê científico para estudo regional da Covid-19. Defesa de prorrogação e manutenção, em 600 reais, do valor do auxílio emergencial concedido às camadas menos favorecidas para enfrentamento da doença. Importância da concessão de empréstimos, a juros zero, às pequenas e microempresas. Defesa de afastamento do Presidente da República. Necessidade de desmilitarização do Ministério da Saúde.

PAULÃO (PT - AL) - Protesto contra a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico. Repúdio aos discursos de exaltação à saúde, proferidos no plenário por defensores do Presidente Jair Bolsonaro. Aplausos ao Supremo Tribunal Federal pela inclusão de Parlamentares e grandes empresários no



inquérito destinado à investigação de rede de disseminação de fake news. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, a respeito da transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública.

AIRTON FALEIRO (PT - PA) - Descompasso entre as deliberações do Parlamento brasileiro contra a pandemia de coronavírus, e as ações do Governo Federal para mitigação dos efeitos da crise provocada pela doença. Defesa de prorrogação e manutenção, em 600 reais, do valor do auxílio emergencial concedido às camadas de baixa renda para enfrentamento da Covid-19. Aplausos ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes partidários pela inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 735, de 2020, acerca da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares em situação de isolamento ou quarentena decorrente da pandemia de coronavírus, em consonância com a Lei 13.979, de 2020. Imediata votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, a respeito da transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Protesto contra a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico.

PADRE JOÃO (PT - MG) - Urgente necessidade de votação e aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 735, de 2020, acerca da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares em situação de isolamento ou quarentena decorrente da pandemia de coronavírus, em consonância com a Lei 13.979, de 2020. Imediata inclusão na pauta do pedido de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro.



CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Manifestação de representantes de fundos internacionais de investimentos sobre a suspensão de recursos destinados à preservação ambiental no Brasil, no caso de continuidade do desmatamento e da violência contra indígenas. Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 6.286, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 4.947, de 1966; do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal) e da Lei nº 6.739, de 1979, com vista à tipificação do crime de invasão de terras públicas, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. Solidariedade ao povo amapaense, especialmente aos familiares das vítimas da Covid-19.

ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Protesto contra a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico. Elevado número de óbitos e de casos confirmados de coronavírus no País. Repúdio à ameaça do Governo Federal de redução do auxílio emergencial de 600 reais, concedido às camadas de baixa renda para enfrentamento da Covid-19. Defesa da abertura de processo de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro.

IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Razões da ausência do Presidente Jair Bolsonaro da mídia. Indiferença do Presidente da República diante da crise econômica e da tragédia causada pela Covid-19 no País. Alerta a Embaixadas brasileiras no exterior, por representantes de fundos internacionais de investimentos, sobre as consequências advindas do genocídio de indígenas e das queimadas no Brasil. Degradação da imagem do País perante a comunidade internacional. Envolvimento do clã Bolsonaro com milícias e o crime organizado. Defesa de *impeachment* do Presidente da República.

NILTO TATTO (PT - SP) - Solidariedade aos familiares e amigos das vítimas da Covid-19. Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pelos óbitos ocorridos no País em decorrência da doença. Imediata abertura de processo de *impeachment* contra o Presidente da República. Necessidade de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 735, de 2020, acerca da concessão de abono pecuniário



a feirantes e agricultores familiares em situação de isolamento ou quarentena decorrente da pandemia de coronavírus, em consonância com a Lei 13.979, de 2020; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, a respeito da transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Convite aos Parlamentares para a reunião sob o tema *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*.

FLAVIO NOGUEIRA (PDT - PI) - Omissão do Ministério da Saúde no comando das ações de enfrentamento da pandemia de coronavírus. Caráter temerário da flexibilização do isolamento social.

MARCON (PT - RS) - Urgente necessidade de votação, pela Casa, do Projeto de Lei nº 735, de 2020, acerca da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares em situação de isolamento ou quarentena decorrente da pandemia de coronavírus, em consonância com a Lei 13.979, de 2020. Necessidade de sanção presidencial do Projeto de Lei nº 1.075, de 2020 (a chamada Lei Aldir Blanc), acerca das ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o isolamento social decorrente da pandemia de coronavírus, de acordo com a Lei nº 13.979, de 2020. Protesto contra a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2020, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico.

FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB) - Solidariedade ao povo brasileiro diante da pandemia de coronavírus, especialmente aos familiares das vítimas da doença. Imediata abertura de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro.

MARCELO RAMOS (PL - AM) - Retomada pela Casa da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, a respeito da alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e



especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão do réu em segunda instância).

ENCERRAMENTO